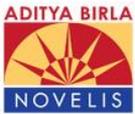




**Workshop Os Dilemas da Energia Elétrica**  
*Desdobramentos jurídicos da Conta de Desenvolvimento Energético*

# Quem somos

Química / Petro	Papel / Celulose	Mineração	Siderurgia	Alumínio	Ferro-ligas
 <b>AkzoNobel</b> <small>Tomorrow's Answers Today</small>  <b>Bayer</b>  <b>Braskem</b>  <b>CLARIANT</b>  <b>RHODIA</b> <small>SOLVAY GROUP</small>	 <b>Fibria</b>  <b>PISA</b> <small>INDÚSTRIA DE PAPEIS</small>  <small>retink</small> <b>storaenso</b>  <b>SUZANO</b> <small>PAPEL E CELULOSE</small>  <b>WestRock</b>	 <b>AngloAmerican</b> <b>CARAÍBA METAIS S.A.</b> <small>Grupo PARANAPANEMA</small>  <b>KINROSS</b>  <small>Mineração Caraíba S/A</small>  <b>SAMARGO</b>  <b>VALE</b>	 <b>ArcelorMittal</b>  <b>CSN</b> <small>Companhia Siderúrgica Nacional</small>  <b>GERDAU</b>  <small>grupo</small> <b>maringá</b>  <b>ThyssenKrupp</b>  <b>USIMINAS</b>  <b>vallourec</b>	 <b>ALBRAS</b>  <b>ALCOA</b>  <b>bhpbilliton</b>  <b>ADITYA BIRLA</b> <b>NOVELIS</b> <b>Rio Tinto Alcan</b>	 <b>aperam</b>  <b>DOW CORNING</b>  <b>Ferbasa</b>  <b>NOVA ERA</b> <b>SILICON S/A</b>  <b>RIMA</b>
Cloro / Soda	Têxtil	Cimento	Alimentos	Gases Industriais	Vidros
 <b>Dow</b>  <b>SOLVAY</b>  <b>UNIPAR</b> <small>CARBOCLORO</small>	 <b>COTEMINAS</b> <b>Automobilístico</b>  <b>GM</b>	 <b>CIPLAN</b>  <b>Votorantim</b> <small>Cimentos</small>	<b>ambev</b>  <b>BRASIL KIRIN</b>  <b>Cargill</b>  <b>Nestlé</b> <small>Faz Bem</small>	 <b>AIR LIQUIDE</b>  <b>Linde</b>  <b>WHITE MARTINS</b> <small>PRAXAIR INC</small>	 <b>GUARDIAN</b>  <b>WHEATON BRASIL</b> <b>Outros</b> <small>Empresas</small>  <b>RANDON</b>

# Paradoxo do Setor Elétrico

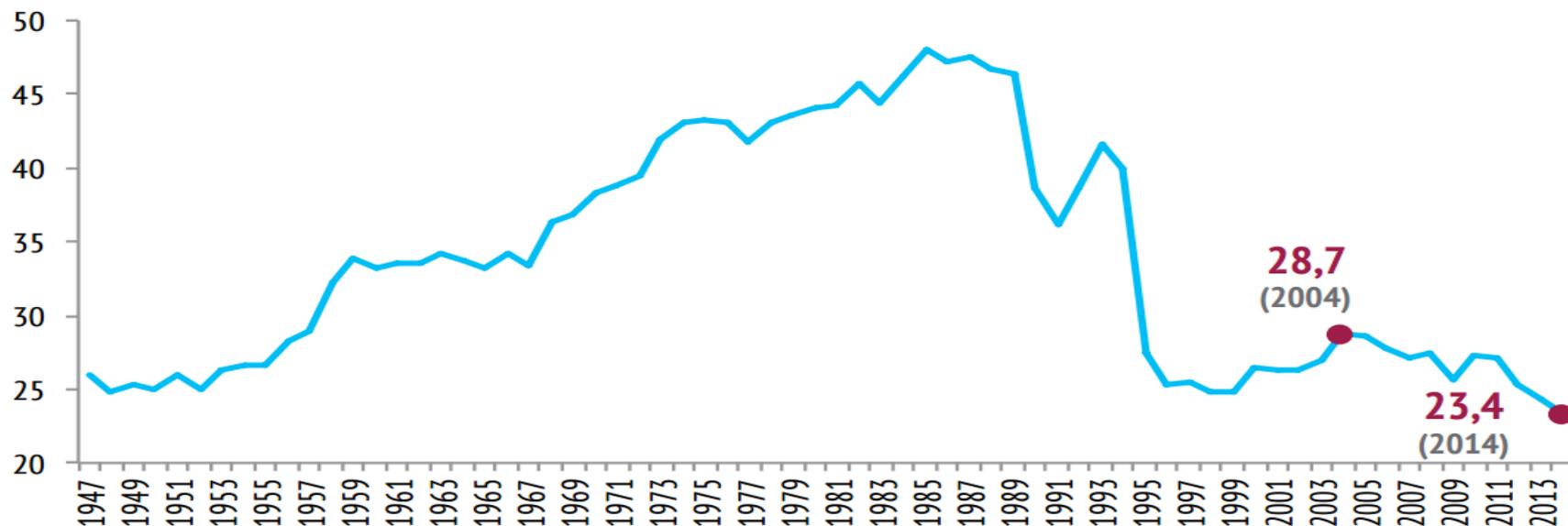
- O Brasil tem potencial extraordinário para a oferta de energia competitiva:
  - ✓ recursos naturais, energia renovável
  - ✓ boa engenharia, tecnologia, fábricas de equipamentos
- Estamos livres dos maiores desafios de outros países, que são a segurança no abastecimento e o combate ao aquecimento global
- O Setor Elétrico brasileiro poderia entregar um excelente resultado. A energia competitiva poderia ser um pilar de nossa estratégia de desenvolvimento

## Mas...

- A oferta de energia é hoje um fator de perda de competitividade - estamos entregando energia a um custo elevado e há grande incerteza com relação ao preço

# A indústria e o PIB

**Evolução da participação da indústria no PIB – 1947-2013 (%)**



Fonte: IBGE

# Contexto econômico

02/02/2016 09h01 - Atualizado em 02/02/2016 11h18

## Produção da indústria fecha 2015 com a maior queda da história

Recuo acumulado no ano foi de 8,3%, segundo IBGE.  
Veículos automotores registraram principal impacto negativo.

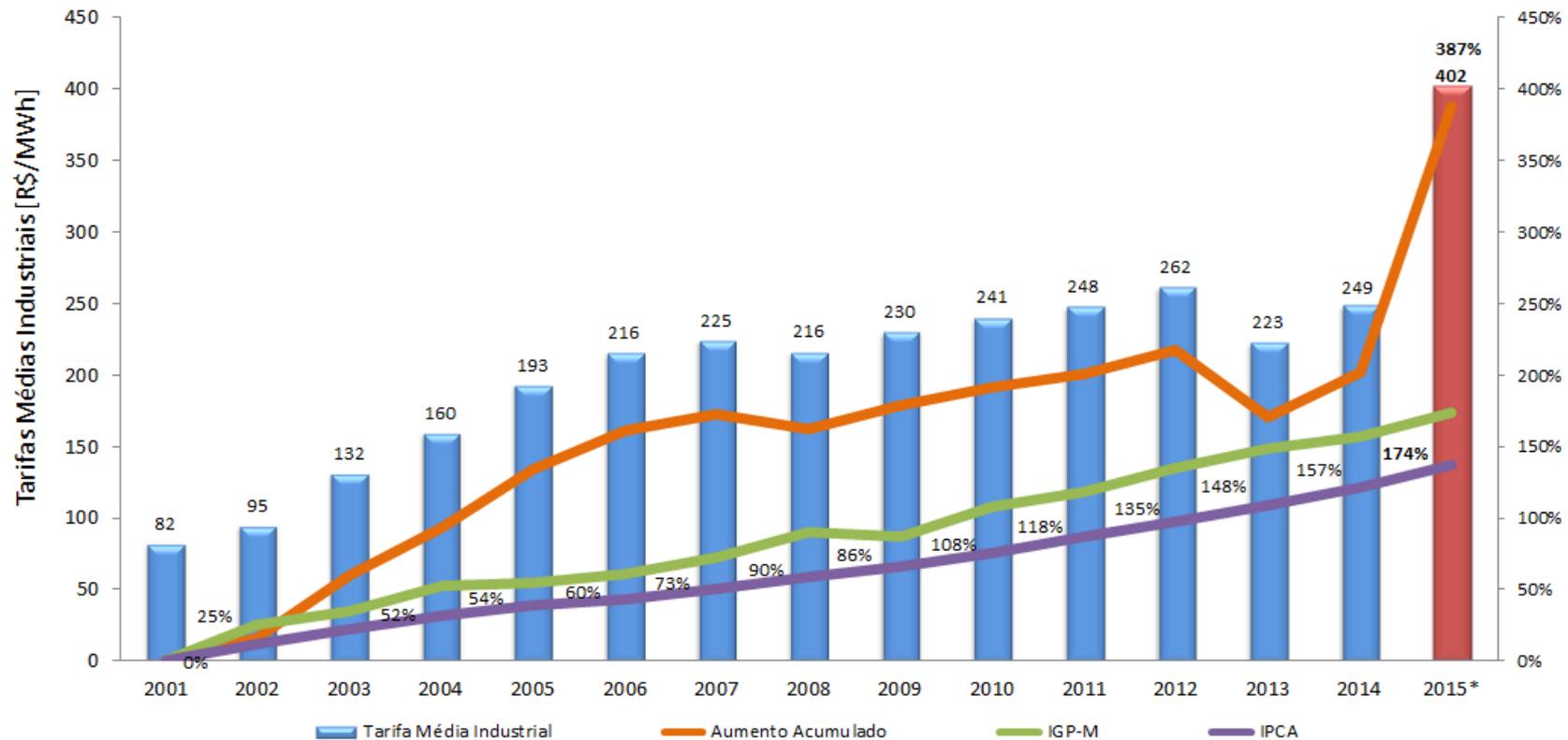
Do G1, em São Paulo



A produção da indústria brasileira encerrou o ano de 2015 com queda acumulada de 8,3%, segundo dados divulgados nesta terça-feira (2) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi o maior recuo da série, iniciada em 2003.

Na comparação com novembro, a atividade fabril sofreu redução de 0,7% e diante de dezembro do ano anterior, de 11,9%.

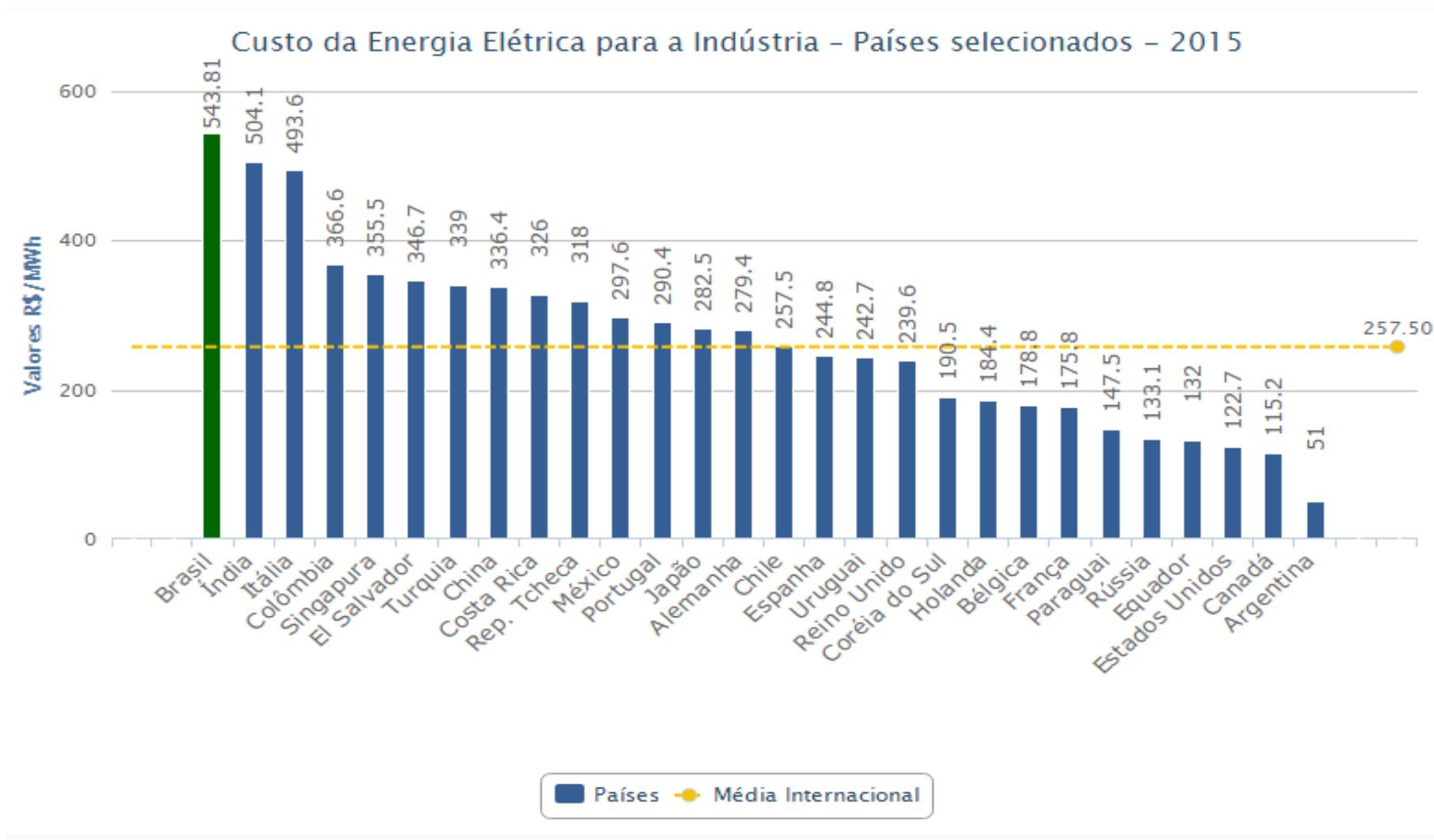
# Tarifas de energia: custos crescentes



tarifas sem impostos

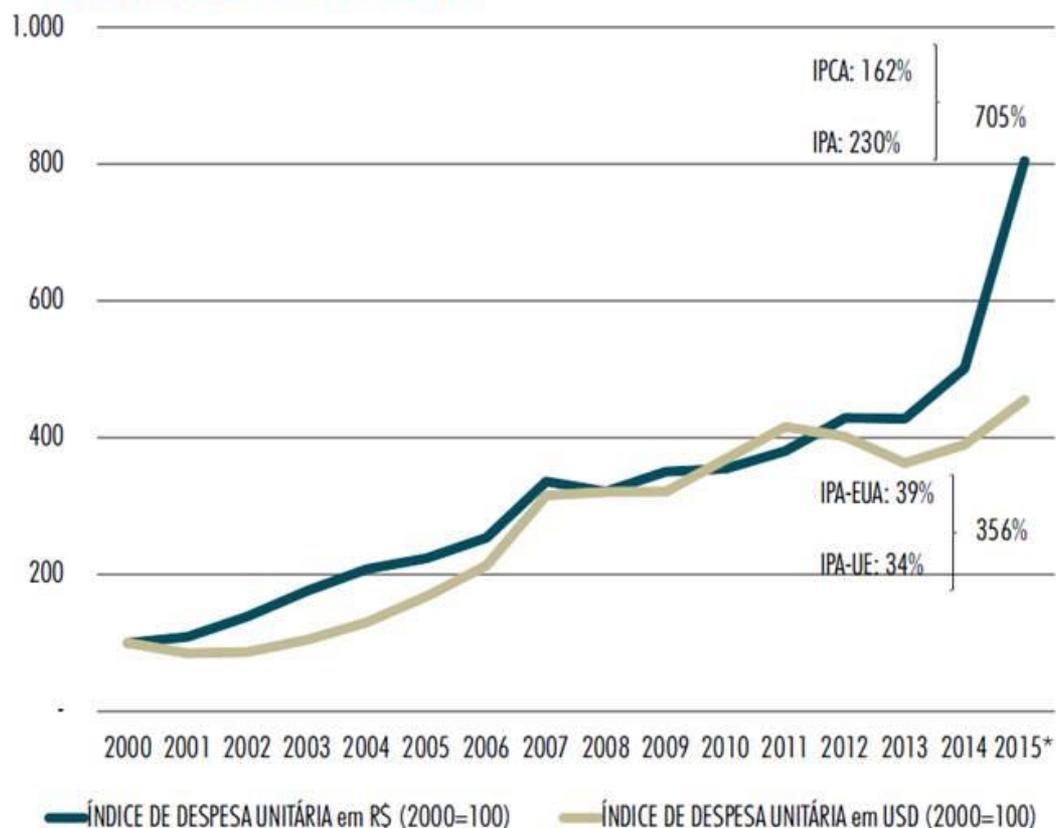
\* projeção do SETE, set/2015, com premissas Abrace

# Energia cara



# Energia cada vez mais cara

Custo unitário com energia elétrica em R\$ e USD  
Índice base 2000 = 100 e taxas de variação  
acumulada entre 2000 e 2015



Fonte: IBGE e MME/BEN. Elaboração: Ex Ante Consultoria Econômica. (\*) Estimativa preliminar.

# Dilema do Setor Elétrico

O que aconteceu que fez com que o setor elétrico, ao contrário da indústria, que vem reduzindo seus custos, apresente custos crescentes?

- Parte do problema decorre da ineficiência do setor, da ineficiência da gestão do setor elétrico
- Parte está no fato de que a energia está sendo descaracterizada
  - ✓ políticas públicas
  - ✓ subsídios a empresas do setor

Energia de Reserva

ESS energético e ESS elétrico

Subsídios aos sistemas isolados - Amazônia (CDE)

Subsídios a consumidores rurais e irrigação (CDE)

Subsídios à energia renovável (CDE)



# Dilema do Setor Elétrico

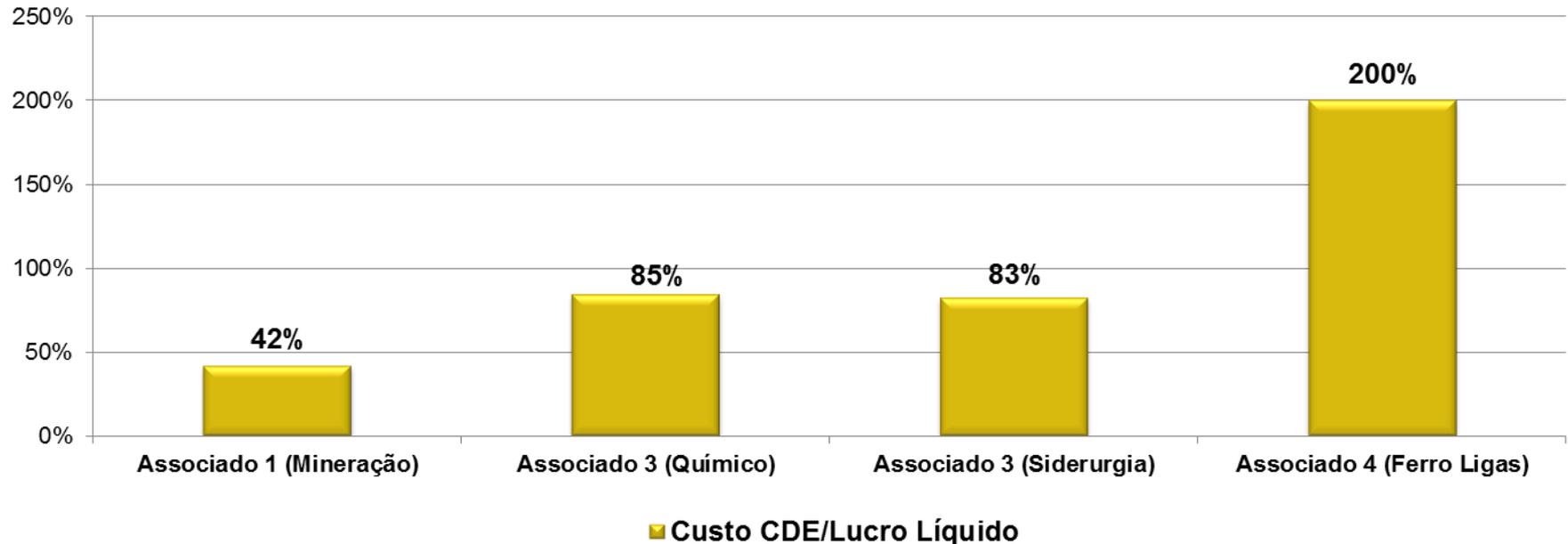
Estamos perdendo um potencial que o Brasil tem de trazer energia barata para as famílias e para as indústrias - que se reflete nas famílias

E devemos verificar porque estamos perdendo esta oportunidade

# Case: Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Aumento da CDE  $\Rightarrow$  transferência desproporcional de custos de políticas públicas para os consumidores

**Impacto Financeiro: Estimativa da relação entre o custo CDE em 2015 com o Resultado Líquido das Empresas em 2014**

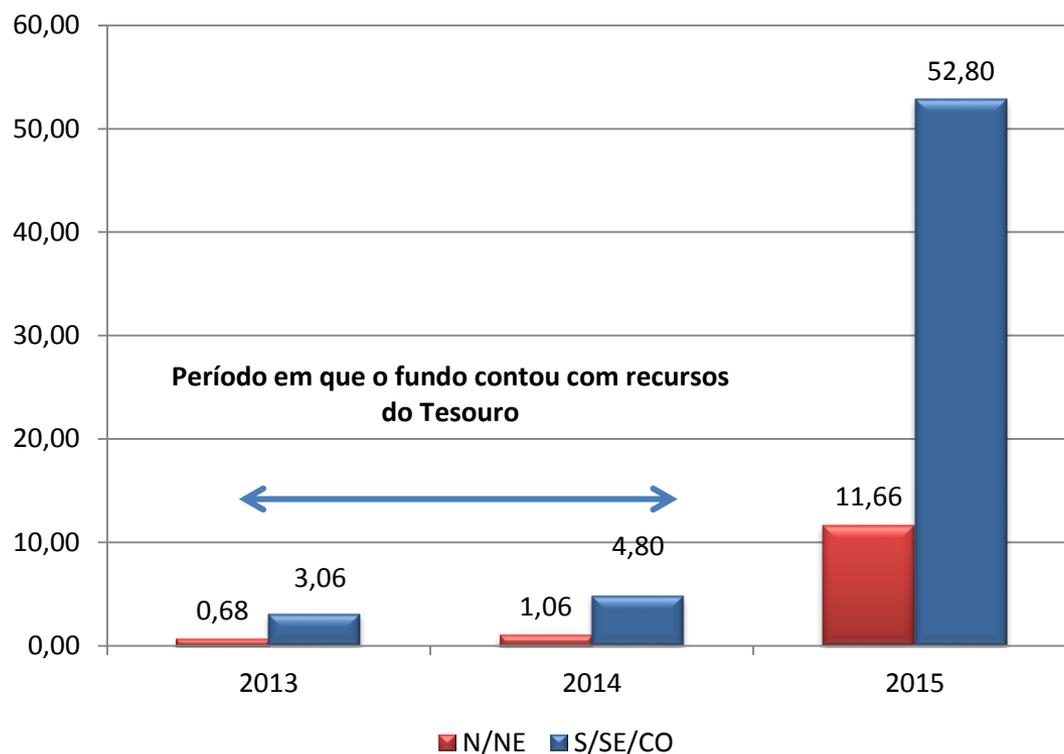


# Evolução de receitas e despesas 2013/2015

Despesas (R\$ Mil)	2013	2014	2015	Diferença 2015/2014
Restos a Pagar	0	1627	3000	<b>84,4%</b>
Indenização de Concessões	0	3179	4898	<b>54,1%</b>
Subsídios Tarifários	4461	4092	5454	<b>33,3%</b>
Subvenção Redução Tarifária Equilibrada	386	389	389	0,0%
Baixa Renda	2200	2099	2166	3,2%
Universalização - PLPT	2027	875	875	0,0%
Carvão Mineral	1004	1123	1216	8,3%
Verba MME	0	31	24	-22,6%
CCC	4043	4658	7223	<b>55,1%</b>
<b>Total</b>	<b>14121</b>	<b>18073</b>	<b>25245</b>	<b>39,7%</b>

Receitas (R\$ Mil)	2013	2014	2015	Diferença 2015/2014
Saldo	3786	0	435	<b>0,0%</b>
UBP	674	558	585	<b>4,8%</b>
Multas	177	218	127	<b>-41,7%</b>
RGR - Quotas	0	1025	805	-21,5%
Reposição de Financiamentos	0	1270	1169	-8,0%
Parcelamento a Receber	0	1498	69	-95,4%
Tesouro	8460	11805	0	0,0%
Devolução Dec. 7945/2013	0	0	3137	0,0%
<b>CDE - Quotas</b>	<b>1024</b>	<b>1700</b>	<b>18918</b>	<b>1012,8%</b>
<b>Total</b>	<b>14121</b>	<b>18074</b>	<b>25245</b>	<b>39,7%</b>

# Evolução dos custos para consumidores (R\$/MWh)



# Receitas e Despesas 2016

valores em milhões R\$

Despesas	AP	FINAL	Diferença
Universalização - PLpT	973	973	-
Baixa Renda	2.200	2.239	39
CCC	5.759	6.339	580
Indenização de concessões	1.242	1.242	-
Subvenção Carvão Mineral Nacional	906	1.005	99
Descontos Tarifários	5.926	6.156	231
Subvenção RTE	310	310	-
Verba MME	27	27	-
Financiamentos Concedidos RGR	1.094	1.094	-
<b>Total</b>	<b>18.437</b>	<b>19.385</b>	<b>948</b>

Receitas	AP	FINAL	Diferença
UBP	612	612	-
Multas	180	180	-
Recursos da União	-	-	-
RGR - Quotas	908	908	-
RGR- Reposição de Financiamentos	1.094	1.094	-
RGR e CDE - Parcelamentos a receber	108	108	-
Saldo em Conta	-	64	64
Cotas CDE - Energia	3.347	3.472	125
<b>Cotas CDE - Uso</b>	<b>12.187</b>	<b>12.947</b>	<b>759</b>
<b>Total</b>	<b>18.437</b>	<b>19.385</b>	<b>948</b>

R\$/MWh

Cota CDE unitária	AP	FINAL
S/SE-CO	33,21	35,45
N/NE	7,33	7,83

# Finalidades da CDE

## **Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002**

- (i) desenvolver o sistema energético dos estados
- (ii) estimular a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, PCH, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional
- (iii) promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional

## **Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003**

## **Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (MP 579)**

## **Lei nº 12.839, de 9 de julho de 2013**

# Finalidades da CDE

- (i) promover a universalização do serviço de energia elétrica
- (ii) garantir a modicidade das tarifas de fornecimento de energia elétrica dos consumidores integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda
- (iii) prover recursos para os dispêndios da CCC
- (iv) prover recursos e permitir a amortização de operações financeiras vinculados tanto à indenização por ocasião da reversão das concessões quanto à indenização para atender à finalidade de modicidade tarifária
- (v) promover a competitividade da energia produzida a partir da fonte carvão mineral nacional nas áreas atendidas pelos sistemas interligados
- (vi) promover a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, termossolar, fotovoltaica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, outras fontes renováveis e gás natural
- (vii) prover recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas
- (viii) prover recursos para compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, [...], assegurando o equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição

# Finalidades da CDE

**Decretos nº 7.945/2013, 8.203/2014, 8.221/2014 e 8.272/2014,** promoveram a ampliação do escopo da CDE mediante a criação de 7 novas atribuições para a Conta:

(i) neutralizar a exposição das distribuidoras no mercado de curto prazo (MCP), decorrente da alocação das cotas de garantia física e da não adesão à prorrogação de concessões de geração

(ii) cobrir o custo adicional para distribuidoras decorrente do despacho de usinas termelétricas acionadas em razão de segurança energética

(iii) neutralizar a exposição contratual involuntária das distribuidoras no MCP, decorrente da compra frustrada no leilão de energia existente realizado em 2013

(iv) cobrir os custos com a realização de obras no sistema de distribuição definidas pela Autoridade Pública Olímpica – APO

(v) cobrir os custos relativos à exposição involuntária das distribuidoras no MCP

(vi) cobrir os custos adicionais das distribuidoras relativos ao despacho de usinas termelétricas vinculadas a CCEAR na modalidade por disponibilidade de energia elétrica

(vii) cobrir os custos relativos à Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR

# Contexto

Com a ampliação do escopo da CDE - promovida inclusive por Decretos do Poder Executivo - foram repassados recursos da CDE para as distribuidoras no período 2013/2014, cujos valores alcançaram 12,5 bilhões de reais

Com a premissa de que haveria aporte de recursos do Tesouro Nacional:

*18. No que se refere ao conjunto de medidas, cabe ressaltar que não haverá impactos para o exercício de 2012. Para o exercício de 2013, estima-se que o impacto seja de R\$ 3.300.000.000 (três bilhões e trezentos milhões de reais). As despesas constantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão adequadas para cumprir o disposto no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente para o exercício de 2013. Para o exercício de 2014, estima-se que o impacto seja de R\$ 3.600.000.000 (três bilhões e seiscentos milhões de reais), sendo R\$ 3.300.000.000 (três bilhões e trezentos milhões de reais), correspondentes aos créditos que a Eletrobrás e o Tesouro Nacional detém junto à Itaipu e R\$ 300.000.000 (trezentos milhões de reais) correspondentes às operações entre Eletrobrás e Tesouro Nacional para atenuar os efeitos cambiais da tarifa de Itaipu. Também haverá adequação de despesas para cumprir as metas fiscais para o ano de 2014.*

# Contexto

Recuo na decisão de aporte do Tesouro Nacional, somado à decisão da ANEEL de cobrar os custos das novas atribuições da CDE de todos os consumidores, fez com que fosse estendido, sem base legal, a abrangência do encargo

Visando reduzir a perda, a ABRACE optou por buscar a retirada de custos de seus consumidores, permitindo reverter a perda de competitividade da produção, preservar empregos, investimentos, e a reduzir o custo dos produtos

# Atuação ABRACE 2015

## Âmbito administrativo

- audiência pública Aneel nº 03/2015

## Âmbito judicial

- ação judicial proposta em 28 de abril de 2015
- em julho foi deferida a antecipação de tutela desobrigando as associadas da ABRACE do pagamento da CDE/2015 no tocante às parcelas controvertidas
- decisão foi objeto de Agravo de Instrumento e Suspensão de Segurança, tendo o Desembargador Presidente do Tribunal Regional Federal confirmado a decisão
- Aneel abriu a AP 57/2015 para discutir o cumprimento da decisão liminar, que culminou na publicação da REH 1.967 com tarifas específicas de TUST e TUSD para os associados da ABRACE

# Atuação ABRACE 2015

Consumidores participantes do Ambiente de Contratação Regulada - exclusão de custos relacionados à:

- I. Atraso de obras associadas à interligação do Sistema Manaus
- II. Atraso de obras associadas à interligação do Sistema Macapá
- III. Ao valor que extrapola o preço de referência do transporte de gás natural no gasoduto Urucu-Coari-Manaus
- IV. Ao combustível das Fases A e B da UTE Presidente Médici

Consumidores participantes do Ambiente de Contratação Livre - exclusão dos custos acima relacionados + custos atribuíveis especificamente ao mercado regulado:

- I. Indenização de concessões
- II. Subvenção redução tarifária equilibrada
- III. Restos a pagar

# Atuação ABRACE 2016

## Âmbito administrativo

- audiência pública Aneel nº 83/2015
  - I. orçamento da CDE/2016 seja devidamente motivado, especialmente no que se refere aos itens de despesa "Descontos Tarifários", "Programa Luz para Todos" e "Subvenção Baixa Renda"
  - II. Alocação apenas aos consumidores do ACR as despesas "Indenização de Concessões" REFERENTE À PARCELA DE GERAÇÃO e "Subvenção RTE", a fim de não instituir subsídio cruzado
  - III. dos R\$ 137,55 milhões propostos para fins de reembolso dos custos de combustível do Complexo Presidente Médici, seja considerado apenas o valor de R\$ 16,86 milhões, com consequente glosa de R\$ 120,69 milhões
  - IV. em razão da correta valoração da contrapartida do ACR médio da AmE, sejam deduzidos mais 106,22 milhões de reais do orçamento da CDE 2016 destinado à cobertura dos dispêndios da CCC
  - V. seja completamente excluído do orçamento da CDE/2016 qualquer valor atinente às supostas "obrigações pendentes da CCC"
  - VI. seja inteiramente excluído do orçamento da CDE/2016 o valor de R\$ 1,093880 bilhão referente ao saldo a liberar de contratos de financiamento da RGR

# Atuação ABRACE 2016

- VII. passe-se a considerar, para as usinas termelétricas a gás natural do Sistema Manaus, o “menor valor entre o PLD e CVU vigente para os empreendimentos termelétricos oriundos dos Sistemas Isolados” para fins de definição da parcela do custo total de geração passível de reembolso da CCC, bem como estabeleça-se sistemática para garantir que a conversão do combustível do parque térmico de Manaus não impute ônus para a Conta;
- VIII. seja revisto o orçamento da CDE 2016 para considerar a inclusão de valores referentes à parcela dos custos de gás natural indevidamente lançada no orçamento da CCC dos anos anteriores em virtude da não aplicação da glosa motivada pela insuficiência do parque térmico de Manaus de consumir toda a quantidade contratada de combustível e à insuficiência da contrapartida do ACRmédio de anos anteriores, em especial os anos de 2014 e 2015, dados os efeitos da interligação dos Sistemas Manaus e Macapá nesse período

Obrigada!

*Aline Bagesteiro*

Gerente Jurídica e de Gestão

[aline@abrace.org.br](mailto:aline@abrace.org.br)

